



Interpeção Escrita

Revisão da Lei do trânsito rodoviário

O Governo anunciou, recentemente, que ia avançar com a consulta pública, com duração de 60 dias, sobre a alteração da Lei do trânsito rodoviário e respectivos diplomas complementares. Algumas das alterações propostas suscitaram grande oposição por parte dos cidadãos, designadamente em relação à sugestão do aumento significativo do valor das multas para determinadas infracções, por exemplo, para o estacionamento ilegal em geral e nos passeios as multas aumentam de 300 para 600 patacas; nos locais assinalados por linha contínua amarela de 600 para 900; e nas paragens de transportes públicos de 300 para 1200. Segundo alguns cidadãos, há falta de lugares de estacionamento e de uma boa planificação do trânsito, e não é com o aumento das multas que se vai conseguir acabar com o estacionamento ilegal, isso vai apenas aumentar os custos do estacionamento e os encargos económicos dos cidadãos. Devido às vozes de oposição cada vez mais fortes no seio da sociedade, o Governo, no passado dia 11 de Junho, divulgou repentinamente um comunicado à imprensa, para anunciar a suspensão da consulta pública sobre a alteração da Lei do trânsito rodoviário, que devia ter início no final deste mês.

De facto, a Lei do trânsito rodoviário já entrou em vigor há mais de dez anos e nunca foi alvo de revisão. Com o desenvolvimento social e o aumento



da população e dos veículos, o ambiente de trânsito mudou muito, em comparação com a última dezena de anos, e algumas das normas vigentes já estão obsoletas, portanto, neste momento, a alteração da Lei em causa é oportuna e necessária. Existe controvérsia em relação a algumas das alterações propostas, mas outras há em relação às quais a sociedade já chegou basicamente a um consenso, portanto, pode suspender-se a consulta pública apenas em relação a algumas partes.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Como a Lei do trânsito rodoviário já não consegue acompanhar a situação social, o Governo deve avançar com a consulta pública sobre as partes da proposta que não levantam controvérsia, tais como a condução em estado de embriaguez ou sob influência de estupefacientes, a não cedência de passagem nas passadeiras e a introdução do sistema de pontuação, entre outras, com vista a dar resposta às necessidades sociais. Vai fazê-lo?
2. Em 2017, o Governo cobrou mais de 800 mil multas por estacionamento ilegal. Segundo os dados, para os 120 mil motociclos registados existem apenas 60 mil a 70 mil lugares de estacionamento. Isto significa que é grande a falta de lugares, e que cerca de metade dos motociclos tem de estacionar ilegalmente. Alguns parques de estacionamento e os bairros antigos, onde são poucos os lugares de estacionamento, são pontos negros do estacionamento ilegal. O Governo deve pensar em aproveitar os terrenos (estaleiros) não desenvolvidos para estacionamento provisório,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Tradução

com vista a aumentar os lugares de estacionamento, e deve ainda definir um plano razoável tendo em conta o número e a distribuição dos referidos lugares, com vista a atenuar as dificuldades de estacionamento, isto é, a reduzir o problema do estacionamento ilegal logo a partir da fonte. Vai fazê-lo?

3. Segundo muitos condutores de veículos particulares e taxistas, muitas vezes, os passageiros só conseguem entrar e sair dos veículos nos locais proibidos, devido à falta de locais para a tomada e largada de passageiros, o que origina discussões entre passageiros e taxistas e afecta também os outros utentes das vias públicas. Com vista a atender e satisfazer as necessidades dos cidadãos, o Governo deve pensar em aumentar os locais para a tomada e largada de passageiros. Vai fazê-lo?

15 de Junho de 2018

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Zheng Anting